

Entrevista com Adriano Correia



“Não penso que tenhamos um cenário consolidado, mas, sim, um cenário de disputa para os próximos anos, que exigirá cada vez mais a discussão com a comunidade.”

Breve apresentação:

Adriano Correia é um dos pesquisadores brasileiros mais atuantes e reconhecidos nos estudos filosóficos e na militância política, social e educacional. Com graduação (1995) e mestrado (1998) em Filosofia pela PUC-Campinas e doutorado (2002) na mesma área na Unicamp, Adriano chegou à Filosofia movido por razões diversas e por grande entusiasmo por compreender questões de sua época, quando o estudo da Filosofia ainda era pouco visto e reconhecido nas academias brasileiras. Das éticas utilitaristas, passando pela Filosofia da ciência até a Filosofia Política, o professor Correia desenvolveu um trajeto acadêmico denso e muito vasto pelos campos do saber, o que muito contribuiu para que suas aulas, cursos e pesquisas tenham parte de seu trajeto. Adriano concluiu sua pesquisa de doutoramento em Hannah Arendt, uma filósofa judia cuja matriz de pensamento ora repercute na Filosofia, ora nas Ciências Sociais, ora nas Ciências Políticas, e sempre, como diz Adriano, nos faz pensar o tempo de agora. Isso não significa, porém, que Arendt tenha sido a única fonte de sua

pesquisa; Kant e Maquiavel (apenas para citar alguns) representam também diretrizes importantes ao seu pensamento, de modo que é possível ler e observar em seus textos a presença desses filósofos diretamente ou nas entrelinhas. Não obstante, Arendt é o ponto de chegada de Adriano, isto é, o ponto de intersecção onde todas as suas anteriores problematizações parecem se confluir e, no mesmo instante, abrir outras perspectivas, ao qual decorrem seus atuais diálogos com Nietzsche, Foucault, Habermas e Agamben.

Atualmente, Adriano é professor na Universidade Federal do Goiás (UFG), onde ministra disciplinas na área de Ética e Filosofia Política nos cursos de graduação e pós-graduação, tendo passando, antes, pela Universidade Federal da Bahia. Entre 2010-2011 Adriano ocupou a função de coordenador da pós-graduação, seguindo, em 2013-2014, como diretor da Faculdade de Filosofia da UFG. Atualmente, ele é o presidente da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia, no biênio 2017-2018, tendo sido eleito no XVII Encontro da ANPOF, em Aracaju-SE.

Esta entrevista mapeia alguns apontamentos feitos por Adriano no XI Encontro de Graduação em Filosofia e II Encontro de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, cotejando os desafios e as perspectivas para a Filosofia no atual contexto brasileiro. Ademais, Adriano expõe um pouco de seu trajeto acadêmico e as vicissitudes da Filosofia conquanto à passividade desta disciplina como optativa nos currículos do Ensino Médio e as perspectivas vindouras.

Entrevista realizada por William Costa*

Entrevista:

Revista Primordium – *Adriano, o senhor poderia nos contar um pouco sobre sua formação filosófica e o que lhe motivou a estudar Filosofia?*

Adriano Correia – Eu cheguei à Filosofia muito jovem. Eu havia me interessado pela área desde o Ensino Médio, mas, misturado com questões religiosas na ocasião, tudo me parecia ainda bastante confuso. Eu estudei minha graduação na PUC-Campinas. Foi uma experiência muita boa, e, posso dizer, tratava-se de um contato com um currículo muito amarrado, quase escolar, menos universitário e mais voltado às histórias da Filosofia. De

* Discente do programa de pós-graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista Capes. E-mail: william_19costa@hotmail.com

algum modo, se eu não tive muita experiência com a pesquisa na graduação (ainda que eu tenha feito iniciação científica no Programa PET por dois anos), embora essa fosse uma trajetória que pertencia a PUC, digo que, retrospectivamente, gosto do curso que fiz: ele me ajudou a conhecer a história da Filosofia. Eu não me especializei muito cedo. Eu diria que isso aconteceu muito mais no doutorado, pelo fato de ter uma pesquisa mais estruturada, do que no mestrado, ainda que eu goste bastante do meu mestrado. Fazer Filosofia na época era algo épico. No meio da minha graduação eu havia começado a dar aulas de tudo, menos de Filosofia. No término do curso, em 1995, dei aula, por um ano, em uma escola privada. A partir daí, emendei minha formação acadêmica, tendo feito meu mestrado ainda na PUC-Campinas e meu doutorado na Unicamp. Esse era um período em que não havia muitas pós-graduações, como hoje, mas o fato de estar em Campinas acabou facilitando para que eu não tivesse interrupção. Essa trajetória me possibilitou viver de Filosofia em um momento que não era muito comum: me sustentava pelas bolsas concedidas pelos programas e pelas aulas que dava enquanto professor em situação precária. Era muito difícil encontrar Filosofia no nível médio, embora existisse em uma escola ou outra. Na verdade, o cenário não era nada favorável. Como eu disse, estudar Filosofia era quase épico porque tinha a ver com gostar do que se fazia, tinha a ver com a expectativa de um futuro profissional (ainda que quase irrealista, por assim dizer). Eu sabia que gostava de Filosofia, mas não sabia do que gostava; tinha apreço pelas questões, pelos problemas, pelos temas. Hoje, eu diria que me interessei pelas questões da Filosofia Prática, Ética e Política, já nos meados do meu curso de graduação. Poderia dizer que o que me motivou a estudar foi um impulso muito grande em compreender minha época. Durante minha graduação, fui muito aberto para outras disciplinas, de modo que tive contato com diversos outros temas; eu gostava muito de Lógica, de Filosofia da Ciência, e, isso embora não seja minha pesquisa, mudou um pouco meu modo de perceber a Filosofia. Posso dizer, então, que o estudar Filosofia tem um pouco a ver com um ímpeto de compreender minha própria época, não no sentido existencial, mas no sentido da convivência, do estar junto ao outro, e, por isso, talvez, eu tenha encontrado na Hannah Arendt essa possibilidade.

Revista Primordium – *Em grande parte, os trabalhos do senhor se concentram nas obras de Hannah Arendt. Por que você a escolheu?*

Adriano Correia – Meu primeiro contato com Arendt foi em uma disciplina de Filosofia Política, no terceiro ano de graduação. Nela, fui apresentado ao texto “O que é a liberdade” da obra “Entre o passado e o futuro”. Entretanto, à despeito disso, minha monografia não foi sobre Arendt, foi sobre a Ética e Política em Maquiavel. Apenas quando fui prestar o mestrado é que me deparei, de fato, com Arendt. É interessante, pois poderia ter seguido com Maquiavel, mas decidi estudar uma filósofa alemã. Lembro-me que minha orientadora de mestrado não conhecia nada sobre Arendt, ela trabalhava mais com Filosofia da Ciência, mas, por ter me orientado durante a graduação nos estudos de Ética e utilitarismo clássico e contemporâneo, decidi seguir com sua orientação. Naquele momento, Arendt não tinha muito trânsito na Filosofia. Até hoje ela é uma autora de difícil classificação, na medida em que, para os estudiosos das Ciências Sociais, ela é uma filósofa, enquanto para os filósofos, ela está mais inclinada na produção da sociologia. Isso se modificou muito nos últimos anos, eu diria de uns quinze anos para cá. Quando ingressei no meu doutorado, ainda não havia muitas pessoas e estudiosos sobre as obras de Hannah Arendt. Essa pergunta é difícil, uma vez que não saberia dizer o real motivo de tê-la escolhido; mas sei que o primeiro contato que tive durante a graduação foi decisivo para que eu prosseguisse com meus estudos. Até hoje eu cultivo a preferência por Arendt, como alguém que contribui para refletir sobre o contemporâneo. Não é a única, certamente. Mas o espírito do desejo de assimilar sua própria época, muito próximo daquilo que Foucault chama de “ontologia do presente”, me fez prosseguir, ainda hoje, com seu pensamento.

Revista Primordium – *Na História da Filosofia, muitos filósofos acabaram aderindo movimentos contrários à humanidade, como Heidegger e Carl Schmitt, por exemplo, ao*

aderir ao nazismo. Ainda assim, você acredita que mesmo com tais problemas a Filosofia de tais autores são importantes?

Adriano Correia – Se fôssemos falar um tanto comicamente e analisar a vida dos filósofos, não seria um bom caminho para se entusiasmar com suas obras. Seria arbitrário tanto supor que a vida de um pensador não tem a ver com sua obra, quanto também se pode supor que se pode explicar a obra de um filósofo a partir de sua vida, de suas experiências e decisões. Os filósofos foram pródigos em suas posições políticas extremadas, e, por isso, eu não consigo pensar em pensador algum que não mereça ser estudado por conta de suas opções políticas, morais, etc. É claro que isso é um elemento a considerar; eu não acho que se pode ignorar a relação do filósofo com sua época, ou o modo que seu pensamento contribuiu ou não para que esse filósofo tomasse essas posições que estou chamado de “extremas”, apenas para utilizar um termo geral ou que seja denegatório por princípio. Eu penso que um filósofo como Heidegger, por exemplo, não pode ser ignorado. Julgo que ele é decisivo para compreender várias das questões contemporâneas, inclusive políticas, se pensarmos sua influência sobre Marcuse e Hannah Arendt, para dizer de dois de seus alunos mais célebres. Mas, independentemente disso, o modo como Heidegger repõe certas questões da tradição filosófica, o modo em que ele interpreta essa mesma tradição não me parece que esteja comprometido pelo fato de sua adesão ao nazismo. Não penso que seja ilegítimo perguntar por que sua reflexão filosófica não foi capaz de operar como um obstáculo para que ele aderisse ao nazismo: essa seria uma questão de Filosofia moral muito importante; mas creio que a resposta não seria denegatória para sua obra. Mas, voltando à questão, minha postura é essa: não acho que as biografias dos filósofos sejam irrelevantes, mas se fôssemos levar as questões idiossincráticas das vidas pessoais como razões para não estudar suas obras, teríamos problemas sérios de encontrar quem estudar. Mas também não é só por isso; não é pelo fato de que sobraria poucos filósofos. Vejo que cada obra possui uma dignidade própria que, em grande medida, ultrapassa as suas idiossincrasias pessoais.

Revista Primordium – *Em relação às mudanças que vêm ocorrendo na área de Filosofia, principalmente sobre a retirada da área no Ensino Médio, qual a sua opinião?*

Adriano Correia – Desde que houve a volta da Filosofia ao Ensino Médio até recentemente, eu poderia avaliar essa presença como algo muito bem sucedido. Houve um aprimoramento e diversidade do material didático e dos temas e problemas abordados, assim como um grande aprimoramento na formação dos professores e uma sensibilidade da área como um todo da importância de sua presença na educação básica. Há uma opinião amplamente predominante, ainda que não unânime, de que não se possa ter uma boa educação básica sem uma formação filosófica mínima. Eu diria que em todos os níveis de formação filosófica há uma sensibilidade para a importância desse tema. Penso que apenas a arbitrariedade do nosso contexto possa explicar que uma experiência que está sendo bem sucedida, seja nas aulas, nos vestibulares ou no Enem, corre sérios riscos. A Filosofia no Brasil é imensamente plural, por isso, a ideia de que ela se ocuparia de uma doutrinação dentro das salas de aula é extremamente falsa; isso poderia ser constatado por qualquer pessoa que percorresse a página da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF) para verificar a quantidade de temas, áreas e problemas abordados em nossos encontros. Por isso, apenas o obscurantismo ou uma compreensão de formação parcial e precária de formar simples pessoas subservientes ao mercado econômico pode abrir mão da Filosofia. Trata-se de uma concepção tecnicista de formação e, mais do que isso, de um problema que coloca em vulnerabilidade o ensino público em geral. Vejo que, assim como a Biologia, a História e a Química são importantes, a Filosofia não é importante pelo fato de ser a “mãe” das ciências, ou a área mais importante, mas pelo fato de ser um saber específico que se confunde com a história do Ocidente e, como agora estamos a perceber, para pensar além do Ocidente. Mas, ainda assim, em uma formação de cidadania, de cidadãos brasileiros, eu não consigo pensar em uma formação sem Filosofia. Se compararmos vinte

ou trinta anos passados, poderíamos perceber que não existia essa compreensão real da importância da Filosofia. Mas hoje, não só a partir da presença da área em órgãos como Capes e a própria ANPOF, por exemplo, temos uma dimensão muito maior da necessidade de aperfeiçoamento na área de ensino: exemplo disso é a criação de um mestrado profissional em Filosofia. Eu penso que é simbólico a criação desse mestrado, na medida em que se parece uma resposta aos acontecimentos de que estamos dispostos a responder pela demanda de pessoas qualificadas e por produção de material qualificado. Isso possibilita pensar a Filosofia no Ensino Médio, não como um espaço de mercado, mas como uma área plural de formação para a cidadania para pensar na própria existência, na própria época, na vida em comum. Pensamos que sem a Filosofia é muito mais difícil fazer isso. Essas palavras não são apenas uma defesa meramente corporativa, na medida em que, se pensarmos, sempre tivemos outras formas de nos acomodar no mercado de trabalho (embora isso também seja uma preocupação nossa); por isso, não queremos Filosofia para que exista onde trabalhar apenas, mas que ela exista porque não podemos pensar uma formação humana básica sem o contato com a Filosofia. Eu não sou muito pessimista com o cenário da pós-graduação. Nos últimos anos, duplicamos o tamanho da área e espalhamos pelo Brasil centros de pesquisa de excelência. A decorrência disso será a criação de cursos de doutorados, no futuro, que permitirão a formação integral, não só no centro-sul, em vários níveis. É preciso, então, pensar que a Filosofia, assim como a História e a Geografia, estão em disputa com a reforma malfadada do Ensino Médio. Essas áreas estão na disputa por uma base curricular comum em nível nacional e estadual. Não penso que tenhamos um cenário consolidado, mas sim um cenário de disputa para os próximos anos, na qual exigirá cada vez mais a discussão com a comunidade.

Revista Primordium – *Adriano, você acredita que estamos defronte a um Estado de exceção que pode nos levar ao mesmo retrocesso de 1964?*

Adriano Correia – Tem sido muito difícil, e ao mesmo tempo urgente, fazer teoria política nos últimos anos. Há uma verdade naquela formulação da coruja de Minerva de que a coruja só levanta voo ao entardecer; mas sempre me lembro de Hannah Arendt quando ela dizia que se tivermos de esperar para compreender conceitualmente o que é o totalitarismo para combatê-lo, estaríamos perdidos. Por isso, precisamos tentar compreender, ainda que essa compreensão seja aprimorada ou reformulada posteriormente. Sobre nossa situação política, posso dizer que demolimos as bases do Estado de direito: estamos diante de uma democracia representativa totalmente colonizada em seus partidos pelo poder econômico corporativo. Isso significa, então, que há uma articulação que só se mantém pela existência entre o Estado e o capital, o grande capital financeiro. Se observarmos nossos Estados, temos uma espécie de democracia sem povo e uma Constituição que não tem vigência, na medida em que é constantemente vilipendiada e não se mostra eficaz para se defender. Uma Constituição que não se defende, não há vigência. Um direito que julga em tempos de exceção e que em tempos de exceção se deve julgar excepcionalmente, como já foi dito por um juiz, exhibe as entranhas de um sistema que se mantém porque tem capital e monopólio da violência. Se pensarmos nos índices de aprovação do atual governo ou no atual grau de comprometimento criminal do atual Congresso e dos congressistas, perceberemos que isso não provocou ainda a ruína do próprio sistema, o que coaduna com a ideia de uma democracia sem povo e sem participação política; trata-se de algo que não foi desejado, sequer, pela tradição do liberalismo clássico. Não estamos lidando com a posição direita e esquerda. Acho que isso está em jogo também, mas penso que o que está mais submerso são as bases de uma democracia sendo solapada em seu Estado de direito, de modo que isso atinja a todos, independentemente de nossas colorações políticas. O que permite então que as coisas continuem em pé? Rito e força. Rito judicial e força policial. Penso que isso não constitui democracia. Se olharmos ao contexto, as garantias constitucionais são sistematicamente ignoradas e agredidas, suspensas. Assim, o conceito de Estado de exceção, ainda que não possa traduzir em sua integralidade esse momento – na medida em que se trata de um conceito um tanto indeterminado sobre vários aspectos – ele nos ajuda a

compreender nossa época, uma vez que vivemos em um momento de sistemática suspensão do direito, sistemático emprego da exceção e sistemáticos recursos à empregos extraconstitucionais. Então, como isso para em pé? Não diria que vivemos em uma ditadura. Por mais que muitos de nós, e mesmo eu, em tempos mais críticos, tenhamos que os militares saiam de seus quartéis (até porque os sinais da derrocada do sistema são muito evidentes), eu creio que o grau de politização dos militares no período pré 1964 é notavelmente distinto do nosso período atual: havia uma polarização muito grande entre esquerda e direita, uma concepção estranha de generais candidatos à presidência, generais presidentes e outro tipo de engajamento. Mas, de fato, não sei se os militares sejam a pior coisa a temer, embora eu os tema muito. Porém, acho que essa situação persistente de ataque a direitos que foram conquistados ao longo de longas lutas ou de uma espécie de revolução que nos repõe a um patamar social dos anos 1950 (ou pré-CLT), deveria nos fazer pensar sobre que tipo de regime em que vivemos: seguramente não é uma democracia. Trata-se de qualquer outra coisa, mas não diria jamais que é uma ditadura, em respeito àqueles que sabem muito bem o que ela é.

Data de registro: 07/06/2017

Data de aceite: 15/06/2017